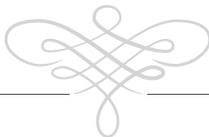


Anti-industrialismo

A indústria chegou tarde a Portugal, se compararmos o tempo da sua chegada com o da Revolução Industrial, que teve lugar em Inglaterra entre 1770 e 1830. Além disso, a industrialização, depois de chegar, revelou-se um processo lento e pausado: das primeiras oficinas foi-se passando, à semelhança do que acontecia noutros países, para as primeiras manufaturas (uma instalação onde havia um agrupamento de operários sem que houvesse grande maquinização) e depois para as primeiras fábricas (explorações onde já havia maquinização). A tardia entrada da máquina a vapor em Portugal ilustra as dificuldades que a tecnologia experimentou até singrar no país: em 1835, havia apenas uma máquina a vapor entre nós quando, em Inglaterra, já havia cerca de 10.000 em pleno funcionamento; a agricultura continuou, em Portugal, a constituir o principal fator de riqueza, enquanto, noutros países, as máquinas avançavam a todo o vapor. O capitalismo português só conheceu uma indústria de maior porte com a fundação da Companhia União Fabril, no Barreiro, em 1865, data em que lhe foi concedido o alvará para produção de sabões, produção de estearina para velas e fabrico de óleos vegetais. De acordo com o *Inquérito Industrial de 1881*, a indústria portuguesa era responsável por cerca de 1/4 do rendimento nacional, sendo o restante proveniente da agricultura. Nessa altura, segundo o historiador da economia Armando de Castro, “era mínimo o número de instalações fabris dispondo de cem ou mais

operários, trabalhando com o auxílio da força motriz do vapor e socorrendo-se largamente de maquinismos”. A indústria estava também muito localizada em Lisboa e Porto, “com três quartas partes da força motriz industrial, nelas vivendo 70 % a 80 % dos trabalhadores industriais” (CASTRO, 1967, 175-176).

O atraso económico português, um conceito que se insere na ideia mais geral de “decadência nacional” de que falou a geração de 70 no final do séc. XIX (muito em particular Antero de Quental, em *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*), foi investigado por economistas como Armando de Castro, Jaime Reis e Pedro Lains, que procuraram não só descrevê-lo qualitativamente, mas também, sempre que possível, quantificá-lo. Jaime Reis apontou como principais fatores do nosso atraso a dependência externa do país, a estrutura fundiária herdada do Antigo Regime e as estruturas sociais e mentais. Quanto à dependência externa, a tese da falta de matérias-primas é facilmente criticável, como fez Oliveira Martins, um dos nomes da geração de 70, logo em 1885. Por sua vez, a tese da ausência de capitais nacionais já tem pleno cabimento; com efeito, os empréstimos para investimentos industriais apenas eram obtidos a juros altos (só em 1918 foi criado, pela Caixa Geral de Depósitos, o banco estatal, o chamado “crédito industrial”); ligado a este fator, também o elevado analfabetismo nacional foi insistentemente referido como uma das razões profundas para o défice de industrialização em Portugal. David Landes, historiador de economia norte-americano, relembra, em *A Riqueza e a Pobreza das Nações* que, “por volta de 1900, por exemplo, apenas três por cento da população da Grã-Bretanha era analfabeta; o número para a Itália era 48 %, para Espanha 56 %, e para Portugal 78 %” (LANDES, 2001, 279).

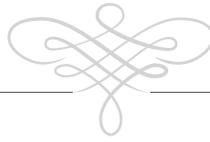


A industrialização teve, logo desde o seu início, no mundo como em Portugal, os seus inimigos, que a acusavam, dada a substituição do trabalho braçal por maquinismos, primeiro movidos a vapor e depois a eletricidade, de desumanizar os trabalhadores e de os sujeitar ao ritmo das máquinas. Ficou célebre o movimento dos ludistas, o grupo de operários ingleses que, de 1811 a 1817, destruiu algumas máquinas em instalações fabris, numa das primeiras manifestações violentas contra a industrialização em todo o mundo. Em Portugal, não ocorreu nenhum fenómeno de semelhante amplitude, o que se percebe, dada a incipiência da indústria nacional. No entanto, logo que passou a haver algumas manufaturas e fábricas, passaram também a ocorrer entre nós numerosas greves, cujas principais razões eram os baixos salários, os horários de trabalho excessivos ou, mais genericamente, a reclamação de melhores condições laborais. Realizaram-se algumas greves gerais, designadamente por ter havido, em moinhos de açúcar, substituição de mão de obra humana por máquinas. Antero de Quental, o poeta e filósofo, e José Fontana, um publicista nascido na Suíça, foram grandes impulsionadores da consciência operária, no sentido da aquisição e consolidação do direito à greve em finais do séc. XIX.

A luta contra a industrialização, pelo menos nas suas manifestações mais desumanas, não foi apenas protagonizada por operários, cada vez mais organizados em sindicatos. No movimento de anti-industrialização, houve ideólogos que advogavam claramente o primado da agricultura em detrimento da indústria, na linha dos fisiocratas do séc. XVIII, como os franceses François Quesnay e Anne Robert Turgot. Um dos neofisiocratas portugueses, no virar do séc. XIX para o XX, foi Anselmo de Andrade, economista, proprietá-

rio agrícola, escritor, jornalista e político; foi ministro dos Negócios da Fazenda no Governo de Hintze Ribeiro e no último Governo da monarquia, presidido por Teixeira de Sousa e é o autor de *Portugal Económico* (1902), obra que conheceu nova edição em 1918, sob o título *Portugal Económico. Teorias e Factos. Economia Descritiva*. Nesta obra, Andrade pronunciou-se contra o industrialismo invocando a ausência de matérias-primas em Portugal: “Faz-se um grande mal ao país tentando transformar em fabril uma indústria, que verdadeiramente só pode ser agrícola, e preparam-se acaso para o futuro crises industriais, que não têm por certo tão fácil e pronto remédio como as agrárias” (ANDRADE, 1918, 343). Também se interrogou sobre o movimento operário no caso de desemprego industrial: “todos sabem o que é uma multidão de operários na rua, sem trabalho e com fome”. Para este ruralista, os portugueses teriam “aptidões de agricultor e comerciante” (*Id., Ibid.*, 243) e não de operários.

De facto, não se tratava de nenhuma falta de vocação, mas sim de falta de preparação dos trabalhadores, em especial para ocuparem níveis intermédios nas fábricas. Isso causou a vinda de mestres estrangeiros, em particular para fábricas de vidro ou de cerâmica, assim como a criação das primeiras escolas industriais. José de Oliveira Simões, em “Escorço dalguns aspectos da indústria fabril portuguesa”, dizia que a “falta de instrução geral e especial explica a deficiência que se nota nas nossas oficinas, quanto a pessoal dirigente [...] o pessoal de mestres e contra-mestres é em grande parte estrangeiro” (SIMÕES, 1913); e referia a pretensão aristocrática e o atavismo da raça, que levava a população portuguesa a desdenhar das ocupações que julga de menor categoria social. Mas, na altura em que a Primeira República se afundava, crescia



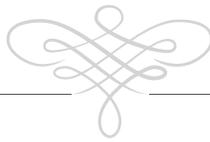
a influência dos engenheiros. Ezequiel de Campos, da Associação de Engenheiros Civis (fundada logo em 1869), dizia, em 1922, que “a educação técnica por palavreado é sebenta: muita gente bacharel em letras e tretas, até engenheiros” (CAMPOS, 1922, 13-14). Com a ajuda do Instituto Superior Técnico, fundado em Lisboa em 1911, e da Faculdade de Engenharia do Porto, criada em 1926, os engenheiros foram-se multiplicando e foram obtendo crescente influência. Destacou-se, neste contexto, o nome de Ferreira Dias, autor de *Linha de Rumo* (1945), ligado à Associação Industrial Portuguesa e à Associação Industrial Portuense, que foi em boa parte responsável pelo processo de eletrificação do país, grande facilitador do progresso industrial.

Em pleno séc. xx, a industrialização, apesar de fundamental para Portugal na consecução do objetivo de alcançar um progresso económico semelhante ao de certos países europeus e norte-americanos, conheceu opositores. Em contraste com o ímpeto desenvolvimentista dos engenheiros, Ezequiel de Campos defendia o fomento rural como regresso à terra, tomada como fonte principal de riqueza; e António de Oliveira Salazar defendia a agricultura para o futuro do país, considerando, ainda em 1916, Portugal devia ser “o magnífico pomar e a esplêndida horta da Europa” (SALAZAR, 1916). No 1.º Congresso da Indústria Portuguesa, realizado em 1931, houve um assomo do industrialismo, sob o impulso de engenheiros que há algum tempo estavam organizados e ativos. Albano de Sousa, da Associação Industrial Portuguesa, afirmou nesse encontro: “Recomeçou uma nova etapa: a da industrialização. [...] O Portugal cavador e ignorante [...] era a negação de si mesmo” (RODRIGUES e MENDES, 1999, 303). As teses eram ambiciosas, mas Salazar, na época minis-

tro das Finanças, declarou no final do encontro que as conclusões eram “ambiciosas” e “vastas de mais para um futuro imediato” (*Id., Ibid.*, 305). Na déc. de 60, Salazar, já presidente do Conselho de Ministros, afirmou: “Por mim, e se tivesse de haver competição, continuaria a preferir a agricultura à indústria; mas se quereis ser ricos não chegareis lá pela agricultura. [...] A faina agrícola [...] é acima de tudo uma vocação de pobreza” (SALAZAR, 1967). O salazarismo é, portanto, no seu início e na sua essência, anti-industrial, almejando um Portugal rural e arcaico em vez de um país industrial e moderno. Os seus dirigentes recebiam particularmente, por um lado, a força dos movimentos operários organizados e, por outro, a formação de uma burguesia numerosa e reivindicativa quanto ao exercício de direitos cívicos. O governo autoritário preferia um Portugal remediado mas seguro a um país desenvolvido mas de rumo imprevisível.

Ned Ludd, gravura de 1812.





Assim, o industrialismo conheceu sempre entre nós muitos condicionalismos, como o chamado “condicionamento industrial” do Estado Novo, que só se pode compreender no quadro do corporativismo então vigente. Só nos anos 60 se verificou um processo acelerado de industrialização, que se veio a reforçar com a curta transição política conhecida por marcelismo. Os economistas assinalam a magnitude do crescimento económico verificado nesses anos, não se esquecendo, contudo, de referir que o ponto de partida era extremamente baixo. A Espanha, por exemplo, atrasada como Portugal no tempo da Revolução Industrial, começou mais cedo do que nós o processo de desenvolvimento industrial e económico. O 25 de Abril de 1974 haveria, como seria de esperar num processo revolucionário, de conduzir a uma forte turbulência na economia. Assente a poeira, ficaram profundas transformações, que se podem resumir dizendo que o país, embora com grandes dificuldades e hesitações, se aproximou em geral da Europa. O movimento anti-industrial passou a ser protagonizado por alguns ecologistas, que, embora minoritários, se tornaram influentes na sociedade, num movimento justificado pelos prejuízos que um industrialismo cego e mal feito provocou no ambiente.

Bibliog.: ANDRADE, Anselmo, *Portugal Económico*, 2.^a ed., 2 t., Coimbra, França Amado, 1918; CAMPOS, Ezequiel de, *Lázaro!... Subsídios para a Política Portuguesa*, t. 1, 1.^a pt., s.l., Typografia Minerva, 1922; CASTRO, Armando de, *Ensaio de História Económico-Social*, Lisboa, Portugália, 1967; *Id.*, *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Dom Quixote, 1971; COSTA, Leonor Freire et al., *História Económica e Social 1143-2010*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011; *Inquérito Industrial de 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881; LAINS, Pedro, *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal*, Lisboa,

Imprensa de Ciências Sociais, 2003; LANDES, David, *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, Lisboa, Gradiva, 2001; MARTINS, J. P. Oliveira, *Política e Economia Nacional*, Lisboa, Guimarães, 1885; MENDES, José M. Amado, “Portugal agrícola ou industrial? Contornos de uma polémica e suas repercussões no desenvolvimento”, *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 1996, pp. 187-230; QUENTAL, Antero de, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, 5.^a ed., Lisboa, Ulmeiro, 1987; REIS, Jaime, *O Atraso Económico Português 1850-1930*, Lisboa, INCM, 1993; RODRIGUES, Manuel Ferreira, e MENDES, José Amado, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos Nossos Dias*, Mem Martins, Europa-América, 1999; ROSAS, Fernando, “As ideias sobre o desenvolvimento económico nos anos 30: Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos”, in CARDOSO, José Luís (org.), *Contribuição para a História do Pensamento Económico em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1988, pp. 185-186; SALAZAR, António de Oliveira, *Questão Cerealífera – o Trigo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916; *Id.*, “Erros e fracassos da era política. Discurso proferido na posse da comissão executiva da União Nacional, em 18 de fevereiro de 1965”, in SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, vol. vi, Coimbra, Coimbra Editora, 1967; SIMÕES, José de Oliveira, “Escorço dalguns aspectos da indústria fabril portuguesa”, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 83, 1913; TENGARRINHA, José, “As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920”, *Análise Social*, vol. xvii, n.ºs 67-68, 1981, pp. 573-601.

CARLOS FIOLHAIS

